

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.373 - RS (2019/0304369-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : BOA VISTA SERVICOS S.A  
**ADVOGADOS** : CARLOS DAHLEM DA ROSA E OUTRO(S) - RS021051  
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118B  
**AGRAVADO** : VIRGINIA TERESINHA RODRIGUES SILVA  
**ADVOGADOS** : GIOVANI DA ROCHA FEIJÓ - RS075501  
ANDRÉIA DE SOUZA FEIJÓ E OUTRO(S) - RS106309

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO (CPC/2015, ART. 1.042). ERRO GROSSEIRO. 2. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. INFIRMAR A CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A *QUO*. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO, EM PARTE, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Boa Vista Serviços S.A. contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Consta dos autos que a ação de cancelamento de registro c/c indenização por danos morais ajuizada por Virginia Teresinha Rodrigues Silva contra a ora agravante foi julgada improcedente.

Interposta apelação, a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu provimento ao recurso da autora em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 96-97):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ART. 43, §2º, DO CDC. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DEVEDOR. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

1. A ausência de comunicação importa no descumprimento de obrigação legal por parte da ré, cujo corolário é o dever de indenizar em se tratando de relação consumerista, pois o consumidor não pode ficar sujeito ao alvedrio do órgão de restrição de crédito na escolha daqueles que enviará ou não a comunicação prevista em lei, formalidade esta que, uma vez descumprida, também resulta no cancelamento do registro levado a efeito.
  2. A norma em tela é decorrência do dever de informar, de alertar o consumidor acerca do apontamento negativo, obrigação específica que, ao ser descumprida, ocasiona diversos prejuízos aos consumidores, de quem é ocultada informação relevante que trará reflexos diretos no seu direito ao crédito.
  3. Comprovada a falha na prestação do serviço, deve ser responsabilizada a empresa ré pela inscrição indevida do nome da parte autora no rol de inadimplentes, desprovida da comunicação prévia conduta abusiva na qual assumiu o risco de causar lesão a esta, mesmo os de ordem extrapatrimonial, daí ensejando o dever de indenizar.
  4. No que tange à prova do dano moral, por se tratar de lesão imaterial, desnecessária a demonstração do prejuízo, na medida em que possui natureza compensatória, minimizando de forma indireta as consequências da conduta da ré, decorrendo aquele do próprio fato. Conduta ilícita da demandada que faz presumir os prejuízos alegados pela parte autora, é o denominado dano moral puro.
  5. O valor a ser arbitrado a título de indenização por dano imaterial deve levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como as condições da ofendida, a capacidade econômica do ofensor, além da reprovabilidade da conduta ilícita praticada. Por fim, há que se ter presente que o ressarcimento do dano não se transforme em ganho desmesurado, importando em enriquecimento ilícito. Quantum indenizatório fixado em R\$ 5.000,00.
  6. Juros moratórios devidos desde a data do evento danoso, de acordo com a Súmula n. 54 do Superior Tribunal de Justiça, a base de 1% ao mês, na forma do artigo 406, do Código Civil, em consonância com o disposto no artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.
  7. Correção monetária que incide a partir do arbitramento da indenização. Súmula nº. 362 do STJ.
- Dado provimento ao apelo.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Irresignada, a ora agravante interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando divergência jurisprudencial e violação dos arts. 373, II, do CPC/2015 e 43, § 2º, do CDC. Sustentou, em síntese, que cumpriu com a obrigação de notificar ao devedor antes de proceder à inscrição deste no cadastro de

proteção ao crédito e que os documentos colacionados nos autos têm o condão de atestar o envio das notificações correspondentes aos débitos contraídos.

Contrarrazões apresentadas às fls. 198-201 (e-STJ).

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial em relação à discussão da satisfação do ônus probatório e negou-lhe seguimento sob o fundamento de ter a matéria acerca do direito à compensação por danos morais (em razão da ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome no cadastro de proteção ao crédito), sido julgada segundo o rito da Lei dos Recursos Repetitivos: REsp 1.061.134/RS – Temas 37, 38, 40 e 41 (e-STJ, fls. 203-212).

Nas razões do presente agravo (e-STJ, fls. 215-223), a agravante refuta, em suma, a inserção das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Contraminuta apresentada às fls. 227-229 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Conforme acima salientado, foi negado seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, em virtude de a questão acerca do direito à compensação por danos morais ter sido decidida na Corte estadual em conformidade com precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo.

Assim, não merece ser conhecido o presente agravo nesse ponto, isso porque se trata de recurso incabível, conforme entendimento proferido pela Terceira Turma desta Corte no julgamento do AREsp n. 959.991/RS, desta relatoria, julgado em 16/8/2016 e publicado em 26/8/2016.

Outrossim, dispõe o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015 que, uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância *a quo*, tendo em vista a conformidade do entendimento exarado pelo acórdão recorrido com o firmado em julgamento repetitivo por este Tribunal Superior, a irresignação da parte com a decisão de admissibilidade proferida pela Corte de origem deve se dar por meio de agravo interno, nos termos do art. 1.021 do CPC/2015.

Relativamente à satisfação do ônus probatório, incide o enunciado n. 7 da

# *Superior Tribunal de Justiça*

Súmula do STJ, porquanto, para afastar a conclusão do Tribunal *a quo* quanto à ausência de comprovação de envio da notificação prévia à inscrição nos cadastros de proteção ao crédito, seria necessário rever o conjunto fático-probatório dos autos, circunstância vedada no âmbito do recurso especial.

Diante do exposto, conheço, em parte, do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 5% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator